

MUDANÇA PROPOSTA

FPE e FPM deveriam trazer equilíbrio regional

Especialista avalia que os sistema de transferência de recursos necessitam ser dinâmicos

LÍGIA COSTA

Repórter

Para que venham a funcionar efetivamente no Brasil, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deveriam se transformar em sistemas nacionais de equalização fiscal dinâmicos. É o que defende o professor do Instituto de Economia da **Unicamp**, Sérgio Prado.

Isto porque, segundo ele, as duas modalidades de transferência constitucional de recursos da União para estados e municípios não vêm acompanhando proporcionalmente as alterações de receitas verificadas nas regiões, ao longo das últimas décadas. O que gera, conseqüentemente, uma falha na transferência dos fundos de participação, criados em 1965 justamente com o intuito de reduzir as disparidades socioeconômicas no País.

“O FPE e o FPM são dois métodos paramétricos falidos porque não são dinâmicos. Nos últimos 20, 30 anos, essa distribuição (dos fundos) não é variável”, criticou Prado ontem, durante seminário técnico com representantes das 27 associações filiadas à Federação Brasileira de As-



Para o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Sérgio Prado, a distribuição dos fundos, nos últimos anos, não é variável” FOTO: REINALDO JORGE

sociações Tributos Estaduais (Febrafite). O evento foi realizado no hotel Luzeiros, em Fortaleza, e se encerra hoje.

A transferência constitucional do FPM é formada de 24,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a distribuição dos recursos aos municípios é feita somente com base no número de habitantes. Já o FPE é composto por 21,5% da arrecadação do IR e do IPI. Do total de recursos disponibilizados pelo FPM, grande parte (86,4%) está fixada para municípios menores, com até 156 mil habitantes e teoricamente com menor desenvolvimento econômico; 3,6% para municípios com população superior a

142.633 habitantes; e 10% para as capitais. “Quanto menor é o município, mais ele é beneficiado e mais nada é levado em conta. Se ele tem petróleo e ganha uma nota preta de royalties, vai receber mais recursos só porque tem menos gente”.

Obstáculos

Para o professor, um dos principais obstáculos para a alteração do atual sistema e manutenção da chamada guerra fiscal entre os estados é a falta de “discussões políticas sérias e árdias” sobre o assunto.

Aveso a apresentar soluções prontas, recomenda como medida para um sistema “mais justo” a cooperação vertical entre todos os estados, na qual cada um

discuta o assunto sem levar em conta suas posições econômicas.

Reforma tributária

Em ano eleitoral, o próximo presidente vai ter, segundo Prado, três grandes desafios: encabeçar a reforma previdenciária, para que o País não venha a “quebrar” em 5 a 10 anos; a reforma política, para “acabar com a bagunça de partidos”; bem como a reforma tributária, ensaiada há aproximadamente 30 anos.

Porém, um dos problemas específicos da reforma tributária hoje diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que também não passa por reformas e com 27 legislações distintas. Diferenças que dificultam o cálculo da receita potencial dos estados. A ideia mais apropriada para Sérgio Prado é que haja no Brasil um imposto único para bens e serviços, incluindo não apenas o ICMS, como também Imposto Sobre Serviços (ISS), PIS/Pasep e Cofins. E com alíquota definida para os estados, municípios e para o governo federal, mas com regras uniformes.

Conduzido hoje à presidência da Febrafite, o diretor executivo da Associação dos Auditores e Fiscais da Receita Estadual do Ceará, organizadora do evento, o sistema tributário nacional funciona como um “Robin Hood ao contrário”. “O sistema está construído para privilegiar quem detém maior poder aquisitivo e isto gera concentração de renda”.